

## KARL-OTTO APEL E A REFORMULAÇÃO DA RACIONALIDADE: UMA INTRODUÇÃO

### KARL-OTTO APEL AND THE RATIONALITY REFORMULATION: AN INTRODUCTION

### KARL-OTTO APPEL Y LA REFORMULACIÓN DE LA RACIONALIDAD: UNA INTRODUCCIÓN

Recebido em: 03/08/2022

Aceito em: 12/12/2022

Jonivan Martins de Sá<sup>1</sup> 

Rafael Avila Sides<sup>2</sup> 

**Resumo:** O seguinte artigo tem por objetivo explorar parte do pensamento de Karl-Otto Apel, sobretudo, no que diz respeito a suas reflexões acerca de como a noção de racionalidade deve ser reformulada e repensada através de nuances que muitas vezes são ignoradas pela própria reflexão filosófica. Nesse sentido, serão exploradas as relações entre racionalidade e linguagem no pensamento apeliiano, assim como suas contribuições no sentido de uma tipificação epistemológica dos tipos possíveis de racionalidades, bem como as possíveis tipificações metodológicas das ciências, que derivam destas primeiras. No mesmo sentido, será exposta de maneira breve a relação entre reformular a racionalidade e as perspectivas de materialização desta reformulação – diretamente influenciada pelas reflexões de Arnold Gehlen acerca das instituições. De uma forma ampla, porém sintética, serão discutidas algumas das principais contribuições epistemológicas do pensamento do autor. Para tal, nos servimos, sobretudo, da dissertação de Molina a respeito das teses do autor, assim como dos dois tomos de sua obra *A Transformação da Filosofia*, assim como outras referências.

**Palavras-chave:** Apel; Epistemologia; Racionalidade.

**Abstract:** The following article aims exploring Karl-Otto Apel's thinking, with regard to his reflections on a notion of rationality - to be reformulated - and rethought through nuances that are often ignored by philosophical reflection. In this sense, the relations between rationality and language in the apelian thought will be explored, as well as his contributions towards an epistemological typification of the possible types of rationalities, even as the possible methodological typologies of the sciences, which derive from the latter. On the same way, it will briefly be exposed the relation between reformulating the rationality and the perspectives of materialization of this reformulation - directly influenced by Arnold Gehlen's reflections about institutions. In a broad but synthetic way, the main epistemological contributions of the author's thought will be discussed. To this end, we used, above all, of Molina's dissertation about the author's theses, the two volumes of his work entitled *The Transformation of Philosophy*, as well as other bibliographical references.

**Keyword:** Apel; Epistemology; Rationality.

**Resumen:** El siguiente artículo tiene como objetivo explorar parte del pensamiento de Karl-Otto Apel, especialmente en lo que se refiere a sus reflexiones sobre cómo la noción de racionalidad debe ser reformulada y repensada a través de matices que muchas veces son ignorados por la propia reflexión filosófica. En este sentido, se explorarán las relaciones entre racionalidad y lenguaje en el pensamiento apeliiano, así como sus aportes hacia una tipificación epistemológica de posibles tipos de racionalidades, así como las posibles tipificaciones metodológicas de las ciencias, que se derivan de estas primeras. En el mismo sentido, se expondrá brevemente la relación entre reformular la racionalidad y las perspectivas de materializar esta reformulación, directamente influida por las reflexiones de Arnold Gehlen sobre las instituciones. De manera amplia pero sintética, se discutirán

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor substituto na Universidade Federal do Pampa. E-mail: jonivanmartins@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Licenciado em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: rafael.sides@gmail.com

algunos de los principales aportes epistemológicos del pensamiento del autor. Para ello, utilizamos, sobre todo, la disertación de Molina sobre las tesis del autor, así como los dos volúmenes de su obra *A Transformação da Psicologia*, además de otras referencias.

**Palabras clave:** Apel; Epistemología; Racionalidad

## INTRODUÇÃO

Ao longo da História do Pensamento a noção de racionalidade, central desde Sócrates e norte fundamental da reflexão humana desde então, sofreu diversas reformulações. Desde suas perspectivas iniciais a suas redefinições na Modernidade, por uma cientificidade aguçada e na Contemporaneidade, por sua fluidez, foram muitos aqueles que se lançaram ao trabalho de pensar suas funcionalidades mais substanciais – ao trabalho de pensar o próprio pensamento. Diante disso, o seguinte trabalho tem por principal objetivo explorar parte do pensamento de Karl-Otto Apel, como um daqueles que se arriscou adentrar neste complexo terreno, identificando alguns pontos centrais de seu pensamento epistemológico, ensaiando um aprofundamento mais devido como próximos passos desta análise. Nesse sentido, apresenta-se como uma espécie de introdução à obra do autor, na mesma medida em que se utilizou o uso central de referências de comentadores de Apel. Sobretudo da dissertação de Laura Molina (2004), *La Transformacion de la Racionalidad por Karl-Otto Apel: A la búsqueda de una teoria unificada de la razón científica*.

O pensamento de Apel – assim como tantas escolas filosóficas, como a fenomenologia, a epistemologia histórica e a hermenêutica – se efetiva a partir de uma crítica à racionalidade cientificista, se lançando ao projeto de uma reformulação do pensamento filosófico, voltado à possibilidade de prática de uma ação política, por sua vez, pautada por diretrizes comunicativas. Apel trata como uma redução neopositivista (MOLINA, 2004, p. 11) o modelo de racionalidade que na contemporaneidade ainda se apresenta como hegemônico. Tal modelo, embora reconhecidamente responsável pela evolução tecnológica, estaria tornando impossível uma fundamentação ética de sua aplicação, bem como o uso moralmente responsável de suas ressonâncias materiais, justamente em função de sua pretensa ahistoricidade.

## APEL E OS TIPOS DE RACIONALIDADE

Assim como outros, Apel aponta o principal problema da matriz de racionalidade adotado pelo Ocidente Moderno como sendo a fundamental separação entre fatos e valores que se dá no seio da formulação das práticas científicas mais variadas. “Assim, pois, se estabelece a partir deste marco de racionalidade uma radical separação entre fatos e valores, de maneira

que o ‘conhecimento’ é algo científico, racional, neutro e válido intersubjetivamente” (MOLINA, 2004, p. 12). Dada esta estrutura ahistórica, se subteme que a matriz racional científica já se aplica de maneira universal em terreno intersubjetivo e a partir desta possibilidade possa ser implantada em qualquer terreno ou qualquer área, tal qual uma simplificação grosseira dos ideais iluministas. Apresenta-se como uma contraposição “à ‘decisão’ (âmbito prático dos valores e do dever ser), que é acientífica, irracional, valorativa e válida apenas subjetivamente” (MOLINA, 2004, p. 12).

Partindo da mesma estrutura crítica que autores da fenomenologia e da hermenêutica, Apel dá o que consideramos um passo além no sentido de uma preocupação prática – e mesmo da construção de um projeto social de ação prática – ao pensar uma nova possibilidade de matriz racional; não pautada por uma visão hegemônica da racionalidade como unicamente científica, no sentido neopositivista, mas sim, como algo plural. A partir disso pensa em termos de tipos de racionalidade, como uma resposta ao paradigma hegemônico que se impõe até então. Nesse sentido, emprega diversos critérios para definir estruturas racionalizadas que vão variar de acordo com o tipo de discussão em que os atores estejam inseridos e o tipo de mensagem que buscam passar – os motivos da discussão, diálogo etc. A realidade não seria pautada, então, por uma única estrutura racional e sim, por, pelo menos, três – deixando o caminho aberto para maior número.

Molina (MOLINA, 2004, p. 13) acaba apresentando a seguinte separação entre os tipos de racionalidade – que foram utilizadas neste trabalho tendo em vista seu fim específico – a partir da aplicação de critérios definidos pelo próprio Apel:

1. Racionalidade científico-técnica: interesse técnico pela manipulação da natureza.
2. Racionalidade consensual-comunicativa: interesse prático pela melhora do acordo intersubjetivo.
3. Racionalidade libertadora: interesse moralmente relevante pela emancipação da sociedade.

A autora enfatiza que mesmo essa divisão pode ser reformulada e subdividida em mais nuances conforme a interpretação do pensamento do próprio Apel. O que cabe ressaltar é a presença de uma conjuntura fundamentalmente histórica que permeia todo e qualquer tipo de racionalidade. As diferentes visões de estruturas que guariam o comportamento racional humano são visões comunicativas e históricas. Então a consciência histórica é o que deveria gerir as distintas percepções de racionalidade. Há uma ligação inerente e explícita entre estes

três tipos racionais, quando mesmo a racionalidade científico-técnica pode ser enquadrada em um modelo histórico muito distinto do modelo neopositivista hegemônico.

À esta racionalidade científico-técnica seria legado o papel fundamental de continuidade de um processo de evolução tecnológica de extrema relevância não somente para o status atual de nossa sociedade como para seu status futuro – sobretudo em uma conjuntura de aplicação consciente dos demais tipos de racionalidade. A ciência como técnica de manipulação da natureza não perde espaço no âmbito da plurificação racional, mas tem seu papel devidamente definido e constantemente reiterado quando interagindo de maneira sincrética com os demais âmbitos da razão.

À racionalidade consensual-comunicativa diz respeito à prática fundamental do diálogo que visa um acordo intersubjetivo entre atores – ou mesmo um debate produtivo, mesmo que sem um resultado específico, para usar uma noção cara à hermenêutica filosófica. Em uma realidade cada vez mais democrática – embora nem sempre suficientemente democrática – a busca pelo consenso se apresenta como guia fundamental, norte de ação entre os indivíduos inseridos em tal contexto. Há uma relação explícita entre este tipo de racionalidade e as práticas democráticas, na medida em que a democracia diz respeito, justamente, à busca por um consenso razoável e organizado, que torna a vida humana cada vez mais digna, confortável e respeitosa. Ao levarmos a racionalidade científica a um patamar histórico já podemos pensar na ciência como prática impregnada de valores. Mas somente a partir da reflexão sobre a existência de uma racionalidade consensual-comunicativa e a necessidade desta existência é que conseguimos refletir de maneira explícita acerca de valores e até mesmo sobre sentimentos que envolvem o convívio humano em suas práticas quotidianas, assim como suas possíveis ressonâncias em terrenos científicos.

Esta possibilidade, ao que parece, é o que dá margem para o terceiro tipo de racionalidade se desenvolver de uma maneira mais dinâmica e completa. A divisão do pensamento de Apel deflagrada por Molina leva a uma inevitável expansão dos objetos passíveis de racionalização. Se a partir da racionalidade técnica podemos explorar um tipo de objeto bastante específico – os distintos objetos das ciências, específicos em suas áreas – ao extrapolarmos os limites e trabalharmos a partir da existência de mais de um tipo de racionalidade, os objetos se multiplicam exponencialmente. Não apenas os objetos passíveis de racionalização, mas também as abordagens a partir das quais tais objetos serão racionalizados.

Através da possibilidade de trabalho aberta pela racionalidade consensual-comunicativa podemos trabalhar de maneira mais efetiva na construção de um projeto que vise modificar de

maneira intencional e calculada alguns elementos da própria organização social. A racionalidade técnica visa suprir algumas necessidades nesse sentido, quando aberta à possibilidade da construção de tecnologias que tornem a vida mais fácil e confortável. A racionalidade comunicativa também pode ir ao encontro desta perspectiva, na medida em que vise o consenso ou a busca pelo consenso ou por outra forma harmônica de organização. Mas só através de uma racionalidade que explicita politicamente a razão de sua existência é que podemos pensar em um projeto de emancipação através dos trabalhos que envolvem a pesquisa, o diálogo e a própria política. À racionalidade libertadora é legada tal agenda.

A suposição da existência de uma racionalidade libertadora pressupõe, por sua vez, a existência de uma lógica que aprisiona. *Lógica* não necessariamente em sentido matemático, mas como dinâmicas sociais que desfavorecem – conscientemente ou não – o desenvolvimento material de nichos sociais específicos. A existência de uma racionalidade libertadora pressupõe a existência de uma racionalidade que aprisiona. A simplificação da racionalidade técnica seria, justamente, o combustível que potencializa a ganância e a mesquinhez humana que levam às dinâmicas de desigualdade social e subdesenvolvimento. Nesse sentido, trabalhar a partir de uma racionalidade libertadora, me parece, é levar em consideração a existência das duas que a precedem, suas falhas e limitações, e construir a partir disso um projeto político de ação que vise, enfim, modificar as ressonâncias negativas da reificação dos sujeitos e da falta de diálogo ou comunicação efetiva. Portanto, uma racionalidade libertadora é ainda mais política que sua precedente, na medida em que visa um projeto político bastante específico e ideológico quando delimita suas ações a partir da noção de libertação.

Para Apel, há o primado fundamental da comunicação que parece permitir com que os tipos de racionalidade se desenrolem. É mister interpretar que sem comunicação/linguagem nenhuma racionalidade é possível. Porém, Apel desenvolve a questão de uma maneira mais refinada, apontando os fundamentos deste primado ao lançá-lo, justamente, na história. Disso deriva essa interpretação das racionalidades apelianas a partir da comunicação e da história, na medida em que nenhuma destas racionalidades se desenrola em um terreno distinto: inclusive, a racionalidade técnica responde a esta realidade. É como se a possibilidade de comunicação ou uma certa disposição ao diálogo – para lembrar as proposições de Gadamer – sustentassem a possibilidade da existência de mais de uma matriz de racionalidade. Então, embora existam três distintos tipos de racionalidade – possivelmente mais – e uma delas diga respeito exclusivamente à comunicação, o terreno da linguagem e o terreno da história são o espaço onde as dinâmicas materiais referentes a esta tipificação racional se desenrolam efetivamente.

Logo, a discussão acerca do papel da influência da linguagem nesse ambiente de desenvolvimento racional acaba levando os debates para um ambiente materializado, para o mundo da vida.

Ao longo da história do pensamento humano a linguagem é o instrumento capaz de possibilitar a construção de sentido de nossas experiências mais quotidianas e de nossas reflexões mais complexas. Dos gregos aos contemporâneos, as diferentes percepções acerca da relação entre a linguagem e a forma com que ordenamos a sociedade, de uma maneira ampla, sempre esteve no centro de alguns debates. Apel (APEL, 1985, p. 162-166) acaba revisitando estas reformulações, na tentativa de esclarecer os meandros mais obscuros desta relação. Tal relação estaria inserida na estrutura própria do mundo – nas visões de mundo, na organização do mundo, nas instituições etc. Em outras palavras, da relação entre linguagem e ordem surge a práxis racional: como concepção de racionalidade através da qual emergiria a verdade das coisas. Então analisar a relação entre linguagem e ordem seria analisar a própria história da racionalidade e suas múltiplas ressonâncias.

Contudo, a percepção de uma ligação inevitável entre ordem e linguagem acaba derivando frutos não necessariamente bem vistos pelo autor. A partir desta mesma vertente interpretativa – da qual deriva uma visão da racionalidade que a partir de Leibniz se confunde com a ordem matemática – nutrem-se, segundo Apel (APEL, 1985, p. 163), os esforços logicistas do final do século XIX – onde Russell e Wittgenstein podem ser apontados como principais interlocutores. O *Tractatus Logico-Philosophicus de Wittgenstein* é apontado por Apel (APEL, 1985, p. 163) como um “o ponto culminante da tentativa, que atravessa a história da lógica, de refletir um sobre outro a ordem do mundo, a ordem lógico-matemática e a ordem da linguagem, a partir da suposição de sua forma idêntica”.

Então, Apel atenta para a simplificação lógico-matemática da relação entre linguagem e ordem, no sentido de que a visão até então hegemônica a respeito desta ligação iguala as possibilidades da razão e da linguagem à lógica matemática – como linguagem que traduziria o universo de maneira exata e ahistórica. Porém,

[...] a problemática da interpretação das linguagens formais artificiais (cálculos) mostrará agora que *o projeto de uma ordem dedutivo formal em geral não pode transpor-se às coisas de forma imediata*, a não ser pela interpretação do mundo presente em todo momento na linguagem corrente como metalinguagem última. Não se trata aqui nunca do acesso a *uma única* ordem do mundo na qual as coisas são independentes da linguagem, mas sim da ordem de um aspecto do mundo que ele mesmo somente e primeiramente se constitui na linguagem (APEL, 1985, p. 165. Grifo do autor).

A grande questão permanece sendo como relacionar ordem, linguagem e os fenômenos materiais onde a leitura da realidade não simplifique demasiadamente seus elementos estruturais ou onde uma lógica que simplifica a realidade a equações não se sobreponha a outras possibilidades de racionalidade – como a hermenêutica, por exemplo. A resposta a tal questionamento se encontra para Apel na própria linguagem. Para o autor é preciso transpormos a análise da linguagem tão cara ao Wittgenstein do *Tractatus* por uma hermenêutica da linguagem, como reflexão de cunho histórico acerca de como a linguagem se torna o a priori da práxis humana. A grande preocupação deixa de ser uma analítica estruturante que visa encontrar uma estrutura universalizável no seio da linguagem – à moda matemática – e passa a residir na relevância e nas possibilidades práticas da linguagem como meio de interação humana, tendo em vista as possibilidades materiais de tal interação.

A tipificação racional não faz sentido fora de um ambiente intersubjetivo. É no espaço da intersubjetividade que se dá a possibilidade de aplicação das diferentes perspectivas racionais. Em outras palavras, é o que fundamentaria tais perspectivas. Logo, “Apel compreende a racionalidade e, portanto, a validade intersubjetiva, em termos de ‘autoconsciência’, de maneira que situa a origem da validade intersubjetiva no marco da práxis comunicativa” (MOLINA, 2004, p.14). É esta práxis, nos parece, que vai (1) definir a possibilidade de aplicação ou não da tipificação racional múltipla e, sobretudo, (2) levar as questões acerca do nascimento e aplicação do conhecimento a um terreno prático, materializado, político. Uma hermenêutica da linguagem – em detrimento de uma análise neopositivista da linguagem – acaba levando em consideração estes dois elementos fundamentalmente históricos e que valorizam perspectivas interativas, sociais.

A partir das perspectivas de tipificação racional e da centralidade da linguagem onde ambos se desenrolam em um terreno fundamentalmente intersubjetivo, Apel vai recair em uma percepção característica acerca das práticas científicas, suas estruturas racionais e suas nuances sociais mais diversas. Exploraremos tais visões a seguir.

## **PRÁTICAS CIENTÍFICAS, ESTRUTURAS RACIONAIS E DIVERSIDADE SOCIAL**

Tanto a crítica ao paradigma científico hegemônico e ao tipo de racionalidade que ele representa quanto a tipificação múltipla de possíveis perspectivas racionais passíveis de aplicação no cotidiano humano acabam recaindo em uma necessária formulação acerca de como se daria a construção do conhecimento em ciências. Tipificar a racionalidade é tipificar

as ressonâncias científicas que cada uma delas é capaz de gerar. Mais uma vez, recaímos na centralidade da linguagem em Apel para explicar a operacionalidade destas ressonâncias, como uma amarra que propicia a aplicação de distintos tipos de racionalidade possivelmente intrínsecos às práticas científicas.

A partir da tipificação das racionalidades podemos supor que cada “tipo” de razão corresponde a um “tipo” de ciência subsequente e as performances racionais não se misturariam em um todo orgânico. Porém, é inevitável, ao levarmos em conta o tecido intersubjetivo no qual tais racionalidades são efetivadas, não relacionarmos umas às outras. Por exemplo, em práticas científicas ligadas a uma racionalidade *hard*, técnica, também se manifestaria uma racionalidade comunicativa, sem a qual as *hard sciences* não poderiam se efetivar. Como aponta Molina (MOLINA, 2004, p. 15):

A partir do reconhecimento do a priori da comunicação, em virtude do qual é possível alcançar acordos intersubjetivamente válidos, podemos dizer que os resultados teóricos advindos da atividade científica têm como condição de possibilidade a existência de outra dimensão da razão, que Apel não hesita em identificar com o paradigma de racionalidade humana: a racionalidade consensual-comunicativa. Em efeito, graças à dimensão consensual-comunicativa da razão, os cientistas podem elaborar hipóteses explicativas e contrastar empiricamente a validade das teorias científicas. (MOLINA, 2004, p. 15)

Ao citar a “dimensão consensual-comunicativa da razão”, Molina abre o espaço para a fértil discussão acerca de uma exposição mais explícita sobre as configurações das dinâmicas entre os tipos de razão. Tal dimensão, assim como as demais possíveis, interagiria com outras, formando uma rede intersubjetiva de possibilidades de conhecimento ou atuaria de maneira isolada, formando um todo linguístico orgânico, onde a construção do sentido científico estivesse unicamente atrelada à linguagem?

Ao pensarmos a linguagem aplicada ao cotidiano, a ideia de uma rede intersubjetiva de construção de sentidos inteiramente ligada à simples comunicação se apresenta como possibilidade de análise – sobretudo ao pensarmos na lógica da opinião, a *doxa* problematizada desde os gregos, vazia de um sentido racional refinado, mas dotada de capacidades interativas que dizem respeito puramente a dinâmicas comunicacionais ou ainda no caso das *fake news* como forma de interação intersubjetiva que constrói seu sentido inteiramente na linguagem instantânea. Porém, ao pensarmos nos processos de construção de um conhecimento pretensamente científico, a possibilidade de interação entre as distintas formas de racionalidade salta os olhos.



Repensar a ciência a partir da perspectiva dos tipos de racionalidade de Apel é pensar, justamente, na interação entre estes tipos de racionalidade. Como pode se supor, não estamos lidando com um objeto simples. As ciências de uma forma ampla tendem – ou deveriam tender – a não obedecer às mesmas dinâmicas do cotidiano comunicacional humano, impregnado de *doxa* e *fake news*. A partir dessa complexidade, podemos pensar, por exemplo, nas possibilidades de interação racional necessárias à construção do saber científico: ou os processos refinados de interpretação necessários a esta prática. Diante disso, uma dimensão:

hermenêutica da racionalidade científica conduz ao reconhecimento daquelas atividades teóricas dedicadas à interpretação e compreensão das ações humanas e seus resultados [...] como fontes legítimas de conhecimentos, sempre e quando seus resultados teóricos sejam validados intersubjetivamente através de um discurso consistente (MOLINA, 2004, p. 16-17).

Assim como para Vattimo (1995) e Rorty (1989), a legitimação de uma interpretação hermenêutica se dá atrelada às possibilidades comunicacionais da argumentação. A verdade da hermenêutica, sempre temporária, é um acordo intersubjetivo que se dá no terreno da linguagem. Ao pensarmos nas possibilidades inerentes a este terreno, sua aplicação em uma conjuntura científica se torna inevitável. Concordar intersubjetivamente é argumentar e interpretar práticas indispensáveis à cientificidade e que se desenrolam em espaço comunicativo. Diante disso “à luz do conceito apeliano de racionalidade científica, as ciências hermenêuticas são reconhecidas em seu estatuto epistemológico e racional, tal como ocorre com as ciências empíricas” (MOLINA, 2004, p. 17). Os meandros interpretativos e conjunturais acabam ganhando centralidade no discurso da ciência e galgando espaço a partir de uma argumentação válida.

Reconhecer o estatuto científico da hermenêutica – e sua relevância para as práticas científicas a partir de dinâmicas de linguagem – não é apenas reconhecer as possibilidades de interação entre os tipos de racionalidade inerentes à teoria apeliana, mas também abrir a brecha necessária para a fundamentação de um terreno ético/argumentativo nas ciências. Reconhecer instâncias interpretativas é afirmar ainda mais uma vez a existência e a relevância das práticas comunicacionais inerentes às racionalidades. Afirmer tal relevância é evidenciar a necessidade do constante melhoramento do “acordo subjetivo” do qual derivam as dinâmicas éticas.

Nesse sentido, Apel considera que uma teoria filosófica da ciência precisa ter em conta a existência de dois interesses diferentes, complementares, do conhecimento: por um lado, o interesse técnico pelo conhecimento do ambiente tendo em vista sua

manipulação e controle, por outro, o interesse prático pela melhora do acordo intersubjetivo (MOLINA, 2004, p. 28).

Melhorar o acordo subjetivo se traduz tanto pela busca de modificação em terreno político, programático, social ou pela melhora do convívio nos primeiros e mais instantâneos estágios de nossa interação. Seja como for, uma dinâmica desta configuração acaba despindo as práticas científicas de seus elementos mais impensados – como a pretensa neutralidade intocável, berço dos comportamentos mais irracionais. Apel expõe a ciência como ciência argumentada e por isso acaba possibilitando uma percepção da ciência na qual possamos depositar uma série de perspectivas éticas, com fins sumariamente práticos:

Na medida em que a atividade científica, como qualquer outra atividade humana, tem como condição de possibilidade a interação comunicativa entre sujeitos, pressupõe necessariamente a validade de uma ética, ou seja, de um conjunto de normas morais pelas quais se regem ou deveriam reger tais interações (MOLINA, 2004, p. 39).

Ao pensarmos uma “teoria da ciência” a partir do pensamento apeliano, pensamos, justamente, em uma teoria que anexa um terreno ético/comunicativo às ciências em função de sua raiz argumentativa e comunicacional comum. É como se toda a prática científica já trouxesse inscrita em suas entranhas mais substanciais a necessidade da reflexão sobre tal tema: para compreendermos os mecanismos mais refinados que envolvem a produção científica – para fazermos, portanto, filosofia da ciência – necessitamos de uma base de discussão sobre a ética como elemento ativo – ou que deveria estar ativo – no que tange à produção do próprio conhecimento.

Isso também evidencia ainda mais uma vez a relevância do terreno comunicacional das práticas científicas. Tal terreno é a amarra fundamental dos tipos de racionalidade, dando vazão a cada uma delas para que opere segundo suas perspectivas particulares, mas sendo – ou devendo ser – guiada por uma lógica fundamental. “A partir de um ponto de vista arquitetônico, podemos dizer que Apel estabelece a racionalidade consensual-comunicativa como condição de possibilidade de uma racionalidade científico-técnica, de uma racionalidade hermenêutica e de uma racionalidade ética” (MOLINA, 2004, p.17). Há uma correlação de gênese entre tais nuances e essa correlação diz respeito à razão comunicativa.

A partir de tais reflexões, Molina (MOLINA, 2014, p. 33-34) visa apresentar uma esquematização mais detalhada a respeito de uma possível tipificação das ciências a partir do

pensamento de Apel. Tal esquema não se pretende normativo, mas serve para ilustrar algumas possibilidades epistemológicas e metodológicas a partir da teoria apeliana:

## **1. Ciências empíricas: (experimento repetível)**



### **1.1. Ciências naturais: método da “explicação” (interesse técnico pelo controle da natureza)**



### **1.2. Ciências sociais: método da “quase-explicação” (interesse técnico pelo controle da natureza humana)**

+

## **2. Ciências hermenêuticas: (experiência histórica não-repetível)**



### **2.1. Ciências do espírito: método da “compreensão” (interesse prático pela melhora dos acordos intersubjetivos)**



### **2.2. Ciências sociais críticas: mediação do método da “compreensão” pelo método da “quase-explicação” (interesse moralmente relevante pela emancipação de da sociedade)**

## **TEORIA E PRÁTICA**

Inerente à preocupação em delimitar as perspectivas epistemológicas no que tange à produção do conhecimento nos diversos espaços epistêmicos de ação, a dicotomia teoria/prática também acaba sendo levantada por Apel, não somente por ser uma questão epistemológica fundamental, mas também por ir ao encontro de suas próprias reflexões: uma teoria do conhecimento que se funda a partir da linguagem é uma teoria do conhecimento que se preocupa fundamentalmente com a prática. Não em vão o filósofo alemão vai levar-nos a refletir sobre as preocupações científicas com o melhoramento dos acordos intersubjetivos. Se há a busca por uma melhora em tais acordos, certamente se busca uma prática fundante de novos preceitos e que veja nas dinâmicas éticas uma possibilidade de seu funcionamento. Em outras palavras o terreno comunicativo, amarra fundamental às mais diversas perspectivas de ciência, vai servir de base para a fundamentação prática do conhecimento; nesse sentido “é legítimo defender o

caráter irredutível da dimensão prática da verdade dentro do pensamento apeliano” (MOLINA, 2004, p. 36-37).

Diante da irredutível dimensão prática da teoria apeliana, a preocupação com a emancipação da sociedade humana é tida como uma preocupação de cunho científico – em seu quadro geral, podemos observar tal preocupação anexada às ciências sociais críticas, como aquelas que visam pensar nossas novas potencialidades políticas e sociais. Porém, a emancipação humana não pode ser neutra, solapando ainda mais uma vez a mítica visão de uma cientificidade limpa de influência e discurso político (como efetivação prática de um terreno ético/comunicativo preocupado com a emancipação).

Se [...] a práxis científica constitui uma manifestação da práxis comunicativa, então cabe concluir que, a partir do pensamento de Apel, nenhum tipo de ciência é completamente “livre de valores” e que a conexão entre dimensão teórica e dimensão prática da racionalidade científica vem possibilitada pela presença de tal conexão na própria ação comunicativa (MOLINA, 2004, p. 41).

Então, a presença de uma base ligada à comunicabilidade humana proporciona a possibilidade de uma aproximação entre valores e ciências. Esse é um terreno fundamental onde se desenrolam as mais diversas dinâmicas no que toca às possibilidades de atuação da própria ciência, seus limites e a potência de seus postulados – ou a reflexão sobre estas potências.

Dentre as possibilidades inerentes ao pensamento sobre as relações entre ciências e valores está uma possível reflexão sobre a substancialidade das instituições. As instituições têm um carácter técnico fundante, mas também possuem valores fundantes. Estes seriam, inclusive, seus dois principais elementos: há uma certa necessidade de fundamentação técnica para a maioria das instituições modernas – atreladas desde gênese ao *ethos* moderno de cientificidade – bem como a exigência existencial de uma conjuntura ética que embase as práticas e técnicas de determinada instituição. Ao levar suas discussões para um campo de reflexão que visa pensar o papel das instituições a partir de dinâmicas de linguagem – ou da “metainstituição” da linguagem (APEL, 1985) – o autor acaba levando a cabo, duas dinâmicas que se retroalimentam: (1) um primeiro passo é a construção desta espécie de “desvio” que leva de discussões sumariamente epistemológicas acerca do nascimento do conhecimento e sobre como as bases desse conhecimento estão atreladas à linguagem ao terreno materializados das instituições, seus possíveis desdobramentos e dinâmicas internas de funcionamento. Depois da construção deste “desvio”, Apel vai acabar pensando (2) na possibilidade de refletirmos acerca das mais diversas práticas científicas como possíveis agentes da transformação humana, como

agentes de autonomia. Assim adentra em um ambiente substancialmente político, onde o conhecimento enraizado em práticas comunicativas é diretamente ligado a um projeto.

O meio pelo qual Apel inicia sua jornada como pensador das instituições está ligado ao pensamento de Arnold Gehlen e sua filosofia das instituições. A partir de então torna efetivamente as discussões acerca da aplicação e fundamentação dos tipos de racionalidade algo materializado em terreno empírico – nesse caso, em sentido institucional. Se para Dilthey (APEL, 1985, p. 196), a fundamentação das ciências do espírito estava ligada a certas internalizações que a mente humana fazia de seu ambiente, em um sentido psicológico e que vai acabar reformulando a própria relação metodológica entre sujeito e objeto, para Gehlen (APEL, 1985, p. 199), a questão deve perpassar o âmbito cultural, na medida em que as principais instituições vão definir instâncias de aplicação da racionalidade. Há uma espécie de inversão de polaridades – quando, num sentido psicologizante, o homem absorve o ambiente e cria sua verdade histórica, se mostra como ente ativo; alguns elementos inerentes à efetivação deste ente histórico-ativo são negados, de certa forma, pela filosofia das instituições, na medida em que esta parece anexar a variável institucional (cultural) como uma espécie de mediadora destas dinâmicas de produção do conhecimento.

Neste segundo ponto, ao que nos parece, está o ganho mais legítimo, o golpe mais relevante que Apel acaba deflagrando contra uma tradição do pensamento que, embora tenha alcançado muitos méritos, acabou alijando relevantes variáveis culturais – sobretudo em sentido material – das reflexões acerca do conhecimento. A anexação da variável institucional através do pensamento de Gehlen abre espaço para dinâmicas práticas, de aplicação de uma ética comunicativa ligada à construção do conhecimento, mas que na mesma medida não desconsidera elementos relevantes do pensamento “internalista” – que via a efetivação da síntese do saber como dinâmica internalizante (Dilthey). Como aponta Apel, a crítica de Gehlen inicia com a crítica ao idealismo hegeliano, através de mudança de centros de atenção e de métodos de análise:

[...] o irracional e historicamente contingente da mediação da cultura, inclusive dos conteúdos subjetivos da consciência, pelo comércio prático com o mundo exterior tal como vem a se consolidar nas instituições, não pode entender-se desde o princípio como “alienação” do espírito destinada a retornar à reflexão da consciência para ser finalmente superada pela subjetividade. Esta especulação idealista é substituída em Gehlen pela análise histórico-sociológica de caráter empírico (APEL, 1985, p. 199).

Logo, as instituições precisam ser vistas como produtoras de sentido, não somente como alienadores deste. E a análise destas instituições precisa ser deflagrada de maneira histórico-sociológica, levando em conta, portanto, e talvez principalmente, aspectos da materialização de valores, normas técnicas e discursos efetivados por tais instituições. Apel e Gehlen mudam a direção das questões que se perguntam pelas internalidades do homem, levando-as a esferas mais “profanas” da experiência. Contudo, Apel atenta (APEL, 1985, p. 200) para a necessária estimulação das rebeliões da consciência em relação a tudo o que há de alienador nas instituições. Nesse sentido, uma analítica das instituições deve ser pautada pelo horizonte de uma emancipação possível, deixando de lado o conteúdo alienante intrínseco às mesmas.

Apel a partir de Gehlen (APEL, 1985, p. 204) reflete sobre uma possível raiz edificante das instituições ao analisar os modos de vida primitivos. Nesse sentido, atenta para a existência do contínuo processo de racionalização da cultura que acaba se desenrolando ao logo da história. A configuração institucional das comunidades humanas está atrelada a certo processo de racionalização, que acaba guiando as condutas. Há uma espécie de constante produção de racionalizações que parecem se tornar cada vez mais complexas com o transcorrer do tempo: sobretudo ao traçarmos uma linha histórica acerca da produção do conhecimento e da relação que temos com estes saberes. Constroem mais uma ponte entre conhecimentos efetivados e suas bases históricas/institucionais – Gehlen centrando sua perspectiva no processo contínuo de racionalização e Apel costurando as diversas variáveis de sua análise a partir da linguagem. Essa transposição de cunho histórico-antropológico do cerne da questão acaba direcionando o caminho que poderia (deveria) ser trilhado no que tange à pesquisa epistemológica: pensar o fenômeno do conhecimento é pensar a sociedade em sua construção histórico-antropológica, a formação e disseminação das culturas, as organizações institucionais e suas ressonâncias mais diversas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos situamos, portanto, em um espaço entre a teoria filosófica do conhecimento e as análises do mesmo tipo das ciências sociais. Ambas as perspectivas – assim como as demais perspectivas que dizem respeito à obtenção/construção de saberes – estão sustentadas sob uma plataforma linguística. E é a partir desta plataforma, como já pensado, que se sustenta um possível projeto político. Tal possibilidade leva Apel a pensar a existência de uma “instituição do pensamento” (APEL, 1985, p. 210). Na medida em que a questão da linguagem é vista como fundamental à devida interpretação dos processos históricos que atravessam a humanidade e a

partir da noção de que a subjetividade construída pelas demais instituições não pode se sustentar sem a linguagem, Apel liga a constituição institucional – dando o exemplo da democracia parlamentar – às práticas linguísticas de construção da reflexão racional ou à metainstituição da linguagem (Ibidem). Nesse sentido, a filosofia, como prática linguística por excelência, acaba tomando o recorte de fundação das instituições argumentativas (como as democracias, por exemplo), na medida em que ocupa o papel de guia conceitual de reflexão criadora. Exemplifica: “quem vê total fracasso na empreitada dos filósofos gregos em fundar a existência humana a partir do logos deveria saber que no fundo está também negando a possibilidade da democracia” (APEL, 1985, p. 210).

A grande questão me parece ser: como efetivar um programa político de ação a partir da percepção de Apel acerca das ciências e sua materialização através de dinâmicas institucionais? Nesse sentido, pensar as ciências seria pensar um projeto político que parte de uma visão característica a respeito do nascimento do conhecimento e acaba se materializando como projeto. Apel (APEL, 1985, p. 121-127), por exemplo, a partir da teoria crítica, visa perceber a ciência em seus aspectos práticos, no sentido da negação da negação da ideologia. A negação da ideologia, representada pelas epistemologias neopositivistas da *logic of Science*, fortaleceria a efetivação de estruturas de controle social que fomentariam certa alienação. Negar a negação da ideologia na ciência consiste, portanto, em estimular conjunturas de emancipação a partir de uma percepção refinada do conhecimento científico não como mera técnica, mas também como conteúdo transformador dos indivíduos e da sociedade. Conjunturas estas, sabemos, tão necessárias à contemporaneidade. Diante destas indagações, um aprofundamento maior da obra de Apel se faz necessário, tendo desenhado aqui o início deste percurso de uma forma assumidamente introdutória.

## REFERÊNCIAS

APEL, K. O. **La Transformacion de la Filosofia: Tomo I**. Madri: Taurus Ediciones, 1985.

APEL, K. O. **La Transformacion de la Filosofia: Tomo II**. Madri: Taurus Ediciones, 1985.

MOLINA, Laura. La Transformacion de la Racionalidad por Karl-Otto Apel: A la búsqueda de una teoria unificada de la razón científica. **Dissertação de mestrado**. Universidad de Granada: Granada, 2014. Disponível em: [http://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/34288/MolinaMolina\\_Apel.pdf?sequence=1](http://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/34288/MolinaMolina_Apel.pdf?sequence=1).

RORTY, Richard. **La Filosofia y el Espejo de la Naturaleza**. Catedra: Madrid, 1989.

VATTIMO, Gianni. **Más Alla de la Interpretación**. Barcelona: Paidós, 1995.